

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
2º QUADRIMESTRE DE 2018
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 28/09/2018

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Segundo Quadrimestre de 2018, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no átrio da Prefeitura Municipal, na Internet (www.saojoaodopolesine.rs.gov.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

Cumprindo informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação exibirá os quadros e demonstrativos com saldos acumulados até 31 de agosto de 2018.

1 – RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período de janeiro a agosto de 2018, o resultado primário foi de R\$ 75.428,91. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar as despesas primárias. O resultado positivo corresponde a um superávit de fluxo de caixa primário. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

O superávit observado deve-se, principalmente, ao equilíbrio financeiro/orçamentário apresentado no período. As receitas primárias totais no período efetivaram um montante de R\$ 8.958.968,62, correspondendo a 46,55% da meta anual prevista. O valor verificado foi superior a Despesa Primária Total paga (Despesa Primária Corrente + Capital + Reserva de Contingência) – que corresponderam no mesmo período a R\$ 8.883.539,71.

Já o resultado nominal corresponde à variação da DCL - Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ 51.193,49, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, 8ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período.

Nesse sentido, os resultados primário e nominal têm tendências semelhantes, ou seja, um resultado primário positivo contribui no sentido de aumentar o resultado nominal. Dessa forma, a apresentação dos resultados primário e nominal são convergentes, ou seja, os resultados com sinal positivo, tanto para o resultado primário como para o resultado nominal, serão considerados superávit, e os resultados com sinal negativo serão considerados déficit.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2018	
		Receitas Realizadas (a)	
RECEITAS CORRENTES(I)	13.979.365,26		8.816.856,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.916.800,00		1.053.549,82
IPTU	669.950,00		396.709,65
ISS	853.500,00		441.795,43
ITBI	130.000,00		79.237,35
IRRF	186.500,00		117.483,25
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	76.850,00		18.324,14
Contribuições	90.000,00		60.979,85
Receita Patrimonial	51.600,00		8.451,14
Aplicações Financeiras (II)	51.600,00		8.451,14
Outras Receitas Patrimoniais	-		-
Transferências Correntes	11.620.565,26		7.609.113,95
Cota-Parte do FPM	6.720.000,00		4.386.638,37
Cota-Parte do ICMS	2.280.000,00		1.278.509,10
Cota-Parte do IPVA	304.000,00		262.067,29

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.200.970,28	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2017 (a)	Até o 4º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	537.144,58	417.676,63
DEDUÇÕES (XXIX)	2.205,11	919.212,77
Disponibilidade de Caixa	-	917.007,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	968.042,59	967.574,45
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.034.962,07	50.566,79
Demais Haveres Financeiros	2.205,11	2.205,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	534.939,47	(501.536,14)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.036.475,61
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		984.395,28
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		-
OUTROS PASSIVOS (XXXV)		-
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)		52.080,33
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)		76.315,75
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		346.257,81
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		346.257,81
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 14/Set/2018, 15h e 04m.

2 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2018 no montante de R\$ 20.623.826,02. A receita efetivada no período de janeiro a agosto de 2018 foi de R\$ 8.967.419,76 tendo sido arrecadado, portanto, 43,48% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, basicamente, pela arrecadação das receitas correntes, que corresponderam a 98,32% da arrecadação do período, e sua realização equivale a 63,07% da programação anual, conforme se pode visualizar no quadro a seguir:

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
		No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.623.826,02	8.967.419,76	43,48	8.967.419,76	43,48	11.656.406,26
Receitas Correntes	13.979.365,26	8.816.856,14	63,07	8.816.856,14	63,07	5.162.509,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.916.800,00	1.053.549,82	54,96	1.053.549,82	54,96	863.250,18
Impostos	1.839.950,00	1.035.225,68	56,26	1.035.225,68	56,26	804.724,32

Taxas	76.850,00	18.324,14	23,84	18.324,14	23,84	58.525,86
Contribuições	90.000,00	60.979,85	67,76	60.979,85	67,76	29.020,15
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	90.000,00	60.979,85	67,76	60.979,85	67,76	29.020,15
Receita Patrimonial	51.600,00	8.451,14	16,38	8.451,14	16,38	43.148,86
Valores Mobiliários	51.600,00	8.451,14	16,38	8.451,14	16,38	43.148,86
Receita de Serviços	269.200,00	60.254,97	22,38	60.254,97	22,38	208.945,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.200,00	-	-	-	-	20.200,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	220.000,00	44.162,10	20,07	44.162,10	20,07	175.837,90
Outros Serviços	29.000,00	16.092,87	55,49	16.092,87	55,49	12.907,13
Transferências Correntes	11.620.565,26	7.609.113,95	65,48	7.609.113,95	65,48	4.011.451,31
Transferências da União e de suas Entidades	7.501.100,00	5.073.183,67	67,63	5.073.183,67	67,63	2.427.916,33
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	3.241.465,26	1.934.090,10	59,67	1.934.090,10	59,67	1.307.375,16
Transferências de Instituições Privadas	28.000,00	2.250,00	8,04	2.250,00	8,04	25.750,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	850.000,00	599.590,18	70,54	599.590,18	70,54	250.409,82
Outras Receitas Correntes	31.200,00	24.506,41	78,55	24.506,41	78,55	6.693,59
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	22.200,00	17.099,98	77,03	17.099,98	77,03	5.100,02
Demais Receitas Correntes	9.000,00	7.406,43	82,29	7.406,43	82,29	1.593,57
Receitas de Capital	6.644.460,76	150.563,62	2,27	150.563,62	2,27	6.493.897,14
Operações de Crédito	1.325.000,00	-	-	-	-	1.325.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.325.000,00	-	-	-	-	1.325.000,00
Alienação de Bens	66.900,00	-	-	-	-	66.900,00
Alienação de Bens Móveis	56.400,00	-	-	-	-	56.400,00
Alienação de Bens Imóveis	10.500,00	-	-	-	-	10.500,00
Amortização de Empréstimos	1.040,00	-	-	-	-	1.040,00
Transferências de Capital	5.240.520,76	148.290,00	2,83	148.290,00	2,83	5.092.230,76
Transferências da União e de suas Entidades	5.099.947,00	148.290,00	2,91	148.290,00	2,91	4.951.657,00
Transferências dos Estados e DF e de suas Entidades	140.573,76	-	-	-	-	140.573,76
Outras Receitas de Capital	11.000,00	2.273,62	20,67	2.273,62	20,67	8.726,38
Demais Receitas de Capital	11.000,00	2.273,62	20,67	2.273,62	20,67	8.726,38
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.623.826,02	8.967.419,76	43,48	8.967.419,76	43,48	11.656.406,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.623.826,02	8.967.419,76	43,48	8.967.419,76	43,48	11.656.406,26
DÉFICIT (VI)'	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.623.826,02	8.967.419,76	43,48	8.967.419,76	43,48	11.656.406,26

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Set/2018, 14h e 16m.

2.1 Receita Tributária

A Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias atingiu até o final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 1.053.549,82, representando uma realização de 54,96% do valor estimado para o ano.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual foram projetados R\$ 130.000,00 acumulou-se uma arrecadação de R\$ 79.237,35; 60,95% do valor estabelecido para 2018. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 441.842,43 o que representa 51,77% do orçado para o exercício (valores líquidos). O regular desempenho

dessa importante fonte de receita municipal, deve-se a implementação e atualização da legislação municipal face às alterações provocadas pela Lei Complementar nº 116/2003.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 18.324,14 arrecadou-se, portanto, 23,84% da meta anual.

QUADRO 3 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Impostos	1.839.950,00	1.035.225,68	56,26
I P T U	669.950,00	396.662,65	59,21
I S S	853.500,00	441.842,43	51,77
I T B I	130.000,00	79.237,35	60,95
I R R F	186.500,00	117.483,25	62,99
Taxas	76.850,00	18.324,14	23,84
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	71.500,00	14.034,77	19,63
Taxas p/ Prestação de Serviços	5.350,00	4.289,37	80,18
Contribuição de Melhorias	0,00	0	-
Total das Receitas Tributárias	1.916.800,00	1.053.549,82	54,96

Fonte: Balancete da Receita do Sistema de Orçamento e Contabilidade do Município.

2.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam até o mês de agosto, o valor R\$ 60.979,85, correspondendo a 67,76% da previsão anual. A receita mais expressiva do grupo é Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

2.3 Receita de Serviços

Na Receita de Serviços o total arrecadado foi de R\$ 60.254,97, ante uma previsão de R\$ 269.200,00, representando 22,38% da previsão inicial. Nesse grupo, destacam-se os serviços e atividades referente a saúde e outros serviços, como o serviço de máquinas.

2.4 Transferências Correntes

No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que realizou R\$ 4.386.638,37 no período, correspondendo a 65,28% da projeção anual. A

estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

QUADRO 4 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Transferências da União	7.501.100,00	5.073.183,67	67,63
Cota parte do FPM	6.720.000,00	4.386.638,37	65,28
Cota parte do ITR	7.200,00	101,55	1,41
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	10.400,00	7.813,68	75,13
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	90.000,00	73.974,06	82,19
Transf. de Recursos do SUS - Fundo a Fundo	425.000,00	395.975,02	93,17
Transferências do FNAS	97.000,00	77.722,53	80,13
Transferências do FNDE	151.500,00	130.958,46	86,44
Transferências de Convênios	-	-	-
Outras Transferências da União	-	-	-
Transferências do Estado	3.241.465,26	1.934.090,10	59,67
Cota Parte do ICMS	2.280.000,00	1.278.509,10	56,07
Cota Parte do IPVA	304.000,00	262.067,29	86,21
Cota Parte do IPI / Exportação	39.200,00	20.546,73	52,42
Cota Parte da CIDE	15.000,00	10.777,10	71,85
Cota Parte Compensação Financeira	1.500,00	-	0,00
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	252.000,00	182.983,93	72,61
Transf. Fundo Est.Ass.Social (FEAS)	10.000,00	6.011,59	60,12
Transferências de Convênios Educação	300.000,00	138.386,70	46,13
Outras Transferências do Estado	39.765,26	34.807,66	87,53
Transferências de Instituições Privadas	28.000,00	2.250,00	8,04
Transferências do Fundeb	850.000,00	599.590,18	70,54
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0	-
Total das Transferências Correntes	11.620.565,26	7.609.113,95	65,48
Outras Receitas Correntes	31.200,00	24.506,41	78,55

Fonte: Balancete da Receita do Sistema de Orçamento e Contabilidade do Município.

As Transferências de recursos do SUS para 2018 estavam previstas em R\$ 425.000,00, sendo repassado pela união um montante de R\$ 395.975,02, demonstrando uma realização de 93,17% da sua projeção.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 1.278.509,10, correspondendo a 56,07% da expectativa anual, que é de R\$ 2.280.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao índice de participação do Município e também da atividade econômica no Estado.

2.4.1 – Transferências do FUNDEB

Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a agosto de 2018 o Município recebeu de recursos do FUNDEB, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o montante de R\$ 599.590,18, representando 70,54% da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo com R\$ 1.408.609,09 (65,51% do total previsto para o ano). Portanto, a perda acumulada, ao final do segundo quadrimestre foi de R\$ 809.018,91.

QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Valores Recebidos do FUNDEB	850.000,00	599.590,18	70,54
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.150.200,00	1.408.609,09	65,51
Perda com o FUNDEB	-1.300.200,00	-809.018,91	62,22

Fonte: Balancete da Receita do Sistema de Orçamento e Contabilidade do Município.

2.5 Receitas de Capital

As Receitas de Capital, cujo desempenho analítico está demonstrado no quadro 6, estão ligadas diretamente a política de transferência de recursos não obrigatórios por parte da União e dos Estados. No contexto atual e levando em consideração as dificuldades financeiras que passam as administrações estaduais e federal em decorrência de uma política econômica que afetou dramaticamente as finanças públicas, os entes federados acima citados não possuem condições de honrar seus compromissos com os municípios que dependem desses recursos para realizarem os investimentos necessários para as suas comunidades. Devido a isso, justifica-se o baixo valor recebido arrecadado, representando apenas 2,27% da previsão inicial.

QUADRO 6 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Operações de Crédito	1.325.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	66.900,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	1.040,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.240.520,76	148.290,00	2,83
Outras Receitas de Capital	11.000,00	2.273,62	20,67
Total das Receitas de Capital	6.644.460,76	150.563,62	2,27

Fonte: Balancete da Receita do Sistema de Orçamento e Contabilidade do Município.

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, no período de janeiro a agosto de 2018, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,96 demonstrando um superávit de R\$ 314.687,47. Esse resultado indica o atendimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício.

As Despesas Liquidadas, no acumulado do ano até agosto de 2018 totalizaram R\$ 8.652.732,29 valor equivalente a 41,96% da previsão para o exercício. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 8.191.032,68, correspondendo a 61,81% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 461.699,61 representando 6,38% do valor orçado para o exercício de 2018.

QUADRO 7 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Previsão Inicial (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
(1) Receita Total	20.623.826,02	8.967.419,76	43,48
Despesa Liquidada	Previsão Inicial (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Despesas Correntes	13.250.923,09	8.191.032,68	61,81
Pessoal e Encargos Sociais	7.340.497,96	4.727.710,32	64,41
Juros e Encargos da Dívida	60.000,00	33.237,74	55,40
Outras Despesas Correntes	5.850.425,13	3.430.084,62	58,63
Despesas de Capital	7.232.902,93	461.699,61	6,38
Investimentos	7.024.902,93	342.334,17	4,87
Inversões Financeiras	28.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	180.000,00	119.365,44	66,31
Outras Despesas de Capital	-	-	-
Reserva de Contingência	140.000,00	-	-
(2) Despesa Total	20.623.826,02	8.652.732,29	41,96
Resultado Orçamentário (1-2)	0	314.687,47	-
Relação Despesa/Receita (2 / 1)	0	0,96490769	

3.1 Despesa de Pessoal

Conforme evidenciado nos quadros 8 e 9, a Despesa com Pessoal total, calculada segundo a metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado - RS, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. A despesa com pessoal no período em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos

meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 43,92% para o Executivo e de 2,89% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 13.747.920,63 e está assim discriminada:

QUADRO 8 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

DISCRIMINAÇÃO	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	14.901.452,17
(-) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho	183.437,97
(-) Deduções da Receita Corrente	2.152.896,43
(+) Ajustes Perdas c/ FUNDEB	1.182.802,86
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.747.920,63

QUADRO 9 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

DISCRIMINAÇÃO	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	6.038.193,30	43,92%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	397.616,90	2,89%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	6.435.810,20	46,81%	57%	60%

4. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, apuradas pelo critério da liquidação da despesa, conforme estabelecido no art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 918/2011, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do quadrimestre, totalizaram R\$ 2.038.575,43, o que corresponde a 24,27% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município não atendeu ao limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na

rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 480.255,43, o que corresponde a 80,05% dos recursos do referido fundo, atendendo o dispositivo legal supracitado.

QUADRO 10 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS AO MDE

RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	8.399.511,49	
Mínimo a Aplicar em MDE (25%)	2.099.877,87	
DESPESAS COM MDE E FUNDEB	Despesas Liquidadas	% Aplicado
Ensino Fundamental - 20	368.387,35	4,39%
Educação Infantil - 20	269.618,95	3,21%
Ensino Fundamental - 31	176.330,32	2,10%
Educação Infantil - 31	415.694,50	4,95%
(+) Perda com o Fundeb	809.018,91	9,63%
(-) Desp. Liq. Com Rend. Da MDE + Fundeb	474,60	0,01%
TOTAL DAS DESPESAS COM MDE E FUNDEB	2.038.575,43	24,27%

5. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Tomando como base as despesas liquidadas de janeiro a agosto, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 1.699.434,97, o que corresponde a 20,23% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

QUADRO 11 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A – ASPS

RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	8.399.511,49	
Mínimo a Aplicar em ASPS (15%)	1.259.926,72	
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	Despesas Liquidadas	% Aplicado
Atenção Básica	2.442.533,64	29,08%
Vigilância Sanitária	5.991,00	0,07%
Vigilância Epidemiológica	16.626,22	0,20%
Outras Subfunções	8.749,08	0,10%
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	2.473.899,94	29,45%
(-) Desp. Com Saúde Não computadas p/ % mínimo	774.196,94	9,22%
(-) Desp. Com Rendimento ASPS	268,03	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS	1.699.434,97	20,23%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados permitem concluir que:

a) No período de janeiro a agosto de 2018, a execução orçamentária (receita e despesa) apresentou superávit orçamentário de R\$ 314.687,47, estando de acordo com as metas fiscais estabelecidas.

b) O Resultado Primário e Nominal apurado até o quadrimestre em análise, atingiram 75.428,91 e 51.193,49, respectivamente, superando as metas fixadas para os mesmos na LDO de 2018.

c) O desempenho das principais receitas do Município, principalmente as originadas de transferências da União, a exemplo do FPM, e do Estado (ICMS), estão de acordo com o projetado para o ano. Ainda que, em termos gerais, a arrecadação tenha se realizado dentro das expectativas, a Administração Municipal segue monitorando diariamente o comportamento das finanças públicas. Eventualmente, poderá adotar medidas para limitar suas despesas à sua capacidade de arrecadação, buscando o equilíbrio financeiro e evitando, tanto quanto possível, a formação de déficits.

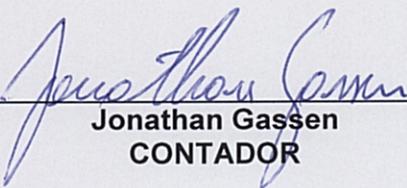
d) Com relação aos gastos em Educação, o percentual aplicado até o período foi de 24,27%, ou seja, 0,73% abaixo do mínimo constitucional que é de 25%. Em termos financeiros, essa diferença representa R\$ 61.302,44. Importante ressaltar que tal fato não representa ilegalidade, posto que o art. 212 da Constituição e a própria Lei Federal nº 9.394/96 (LDB) estabelecem que o mínimo constitucional de 25% deve ser aplicado NO ANO, ou seja, de 01/01/2018 à 31/12/2018. Desse modo, informamos que, no período de setembro a dezembro de 2018, serão empreendidos esforços da Administração no sentido de adequar a execução orçamentária dos recursos da Educação, de modo a atingir os gastos mínimos, legalmente determinados.

e) Na área da saúde, a administração municipal tem aportado recurso significativamente superior ao mínimo exigido legalmente para as Ações e Serviços Públicos de Saúde. Conforme se pode verificar no Quadro 11 desse relatório, foram destinados recursos próprios para a saúde um montante de R\$ 1.699.434,97, o que representa um percentual de 20,23%, ao passo que a Constituição e a LC nº 141/2012 exigem 15%.

Assim, em termos financeiros, houve um repasse a maior de R\$ 439.508,25, para o financiamento de Ações e Serviços Públicos de Saúde.

f) por fim, cabe ponderar que as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo, até o quadrimestre em análise, encontram-se abaixo dos limites legais, demonstrando de modo geral, o cumprimento da Constituição Federal.

São João do Polêsine, 28 de setembro de 2018.



Jonathan Gassen
CONTADOR